Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Primeira Câmara

DELIBERAÇÃO AC01 - 1345/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/9412/2015
PROTOCOLO	: 1598073
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
ÓRGÃO	: MUNICIPIO DE BRASILANDIA
JURISDICIONADO	: JORGE JUSTINO DIOGO
INTERESSADO	: CHAIA & AZEVEDO LTDA
VALOR	: R$ 54.950,97
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO – AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEICULOS – FORMALIZAÇÃO – REQUISITOS LEGAIS – EXECUÇÃO FINANCEIRA – EXATIDÃO DE VALORES – REGULARIDADE.

É regular a formalização contratual que se apresenta em consonância com as normas legais aplicáveis, contendo as cláusulas necessárias e aptidão para produzir os efeitos dele decorrentes.

É regular a execução financeira em que se verifica que a despesa realizada foi devidamente processada, contendo comprovação do empenho, liquidação e pagamento.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 28ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 13 de dezembro de 2016, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, pela regularidade da formalização contratual e da execução financeira do Contrato Administrativo n°63/2015, celebrado entre o Município de Brasilândia e a empresa Chaia & Azevedo Ltda.

Campo Grande, 13 de dezembro de 2016.

Conselheiro **Jerson Domingos** – Relator

RELATORIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos-Relator

Versam os presentes autos sobre a formalização do Instrumento Contratual (Contrato nº 063/2015) e a Execução Financeira, oriundos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 020/2015, celebrado entre o Município de Brasilândia e a empresa Chaia & Azevedo Ltda, tendo por objeto o fornecimento de peças e acessórios para veículos para atender as secretarias municipais.

O procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 020/2015, foi julgado por esta Corte de Contas através da Decisão Singular nº. 8764/2015, constante no processo TC/MS nº. 10219/2015, cujo resultado foi pela sua regularidade e legalidade.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-10141/2016, manifestou-se pela regularidade da formalização contratual e da execução financeira (2ª e 3ª fases), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais.

Em seguida, o Ministério Público de Contas exarou o parecer PAR-MPC-22208/2016, opinando pela regularidade da formalização contratual e da execução financeira (2ª e 3ª fases).

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos-Relator

Da análise dos autos, verifica-se que o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 020/2015 encontra-se regular, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011 e com as determinações contidas no Regimento Interno desta Corte de Contas[1].

Quanto ao Contrato nº 063/2015, este foi devidamente formalizado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, contendo seus elementos essenciais, dentre os quais: número do contrato, partes, objeto, dotação orçamentária, valor e vigência, estando revestido, portanto, da regularidade exigida.

Quanto à execução financeira, conforme a análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo, esta assim resultou:

Valor empenhado	R$ 54.950,97
Notas Fiscais	R$ 54.950,97
Ordens de Pagamento	R$ 54.950,97

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei nº 4.320/64[2] e com as determinações contidas na Instrução Normativa nº 35/2011 e no Regimento Interno desta Corte de Contas.

[1] Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

[2] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **VOTO**:

I – pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 063/2015, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira contratual, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012 c/c o artigo 94, da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do relator e proferida no sentido de declarar a regularidade da formalização contratual e da execução financeira do Contrato Administrativo n°63/2015;

Presidente e Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros José Ricardo Pereira Cabral e Ronaldo Chadid.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas.

Campo Grande, 13 de dezembro de 2016.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**
Relator

GAB GDH
SETAC JRC/ARP